

GERAL

STF decide se servidor pai solteiro tem direito à licença-maternidade de 180 dias

O Plenário do Supremo Tribunal Federal discute, na sessão de ontem, 11, se o servidor público que seja pai solteiro tem direito à licença-maternidade de 180 dias. O colegiado ainda vai definir se a extensão desse benefício aos homens está condicionada à indicação prévia, por meio de lei, de fonte de custeio.

Os ministros vão julgar um recurso impetrado pelo INSS contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) que reconheceu o direito ao benefício a um médico, pai solteiro de duas crianças gêmeas, geradas por meio de fertilização in vitro e barriga de aluguel. Também está na pauta do STF recurso que trata do dever do Estado de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade. As informações foram divulgadas pela Corte.

Confira todos os temas pautados para julgamento. A sessão é transmitida ao vivo pela TV Justiça, Rádio Justiça e pelo canal do STF no YouTube.

Recurso Extraordinário (RE) 1008166 - Repercussão geral
Relator: ministro Luiz Fux

Município de Criciúma x Ministério Público de Santa Catarina

O recurso discute o dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade. O município alega que o Judiciário não pode interferir na esfera de atribuições do Executivo e impor a destinação dos recursos a situações individuais. Sustenta, ainda, que a disponibilidade de vagas em estabelecimento pré-escolar é meta programática que o poder público tem o dever de implementar na medida de suas possibilidades.

Major bolsonarista do Exército é preso por desobediência

O major João Paulo da Costa Araújo Neves, de 41 anos, foi preso por determinação judicial em razão do crime de desobediência. O oficial da ativa se manifestava em suas redes sociais em apoio ao presidente Jair Bolsonaro em desobediência à portaria do Comando do Exército, publicada em 2019.

Também teria desobedecido outras ordens, o que levou o juiz Rodolfo Rosa Tales de Menezes, da Auditoria Militar da 10ª Circunscrição Judiciária, a decretar a prisão preventiva do oficial.

A notícia foi revelada pelo site G1 e confirmada pelo Estado. A reportagem apurou que a prisão não teria como razão apenas a desobediência em relação às manifestações político-partidárias feitas pelo oficial. O major entrou no Exército em 2003. Além da portaria publicada pelo

então comandante do Exército, Edson Pujol, o regulamento disciplinar do Exército e o Estatuto dos Militares vetam manifestações político-partidárias de militares da ativa.

Esta é a segunda vez em um ano que a punição de um militar por suas ligações com o bolsonarismo se torna pública. A outra vez envolveu um sargento do Exército que participou de uma live do deputado federal Vitor Hugo (PL-GO) sem autorização de seus comandantes.

Na mesma época, o general Eduardo Pazuello, então na ativa, deixou de ser punido pelo comando do Exército por ter participado de um comício do presidente Bolsonaro, ocorrido no Rio. A reportagem não conseguiu localizar a defesa do major Neves. O major está preso na sede do 25º Batalhão de Caçadores, em Teresina.

Servidores do BC aprovam continuidade da greve por tempo indeterminado

Os servidores do Banco Central (BC) decidiram manter a greve por tempo indeterminado em assembleia na tarde de terça-feira, 10. Segundo o presidente do Sindicato Nacional de Funcionários do BC (Sinal), Fábio Faiad, a manutenção da paralisação foi aprovada por ampla maioria e deve-se à ausência de mesa de negociação com o governo.

Conforme apurou o Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, o governo deve decidir sobre o reajuste dos funcionários públicos federais até o dia 22 e a tendência é dar um aumento linear de 5%, o que os sindicatos, inclusive o Sinal, consideram insuficiente. A categoria pede recomposição salarial de 27%, além de pautas de reestruturação de carreira.

"Até o momento, não há nenhuma reunião marcada com o governo ou com o Roberto Campos Neto (presidente do BC), apesar de nossos diversos pleitos nesse sentido", disse Faiad.

Na opinião do Sinal, o Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) não é atividade essencial pela lei da greve. O Comef está marcado para o dia 26 de maio. "Logo, vamos batalhar para que não haja a realização do Comef. Ou, se houver, que seja adiado e com escopo bastante reduzido."

A greve dos servidores do BC foi iniciada no dia 1º de abril. De 20 de abril a 2 de maio, a categoria fez uma trégua, como um "voto de confiança" no presidente do BC e na tentativa de avançar nas negociações do governo. Mas, sem novidades, retornou a paralisação no dia 3 de maio.

Com a greve, estão suspensos os boletins e divulgações regulares do BC, como o Boletim Focus, os dados do fluxo cambial e as estatísticas fiscais, de crédito e do setor externo. Há também atrasos na divulgação da taxa Ptax diária, o que deixa o mercado financeiro em constante atenção. Já o Pix e o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) estão em operação.

Brasil tem ao menos 5 assassinatos de LGBTI+ por semana, diz levantamento

O Plenário vai decidir se o servidor público que seja pai solteiro tem direito à extensão da licença-maternidade para 180 dias e ao salário-maternidade. O INSS recorre de decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) que manteve os benefícios a um pai solteiro cuja prole foi concebida por meio de técnicas de fertilização in vitro e gestação por substituição

Recurso Extraordinário (RE) 1008166 - Repercussão geral
Relator: ministro Luiz Fux

Município de Criciúma x Ministério Público de Santa Catarina

O recurso discute o dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade. O município alega que o Judiciário não pode interferir na esfera de atribuições do Executivo e impor a destinação dos recursos a situações individuais. Sustenta, ainda, que a disponibilidade de vagas em estabelecimento pré-escolar é meta programática que o poder público tem o dever de implementar na medida de suas possibilidades.

Pelo menos cinco pessoas LGBTI+ foram vítimas de homicídio no País a cada semana em 2021, segundo o Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+.

Provavelmente, uma significativa subnotificação do número de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil", escrevem os pesquisadores.

Para Alexandre Bogas, diretor executivo da Acontece - Arte e Política LGBTI+, os números refletem não apenas os casos mais extremos, mas também o cenário de preconceito contra essa parcela da sociedade e o desasco do poder público. "E o assassinato é só o resultado final. A gente sofre no dia a dia, já começa na família. A violência é muito forte." Além da Acontece, o observatório inclui a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTA) e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais (ABGLT).

O levantamento destaca ainda a quantidade de mortes violentas na população LGBTI+. Nesta conta, entram também, por exemplo, os suicídios. Conforme os pesquisadores, essas mortes também refletem o problema estrutural.

Foram, no total, 316 mortes violentas de pessoas dessa comunidade - uma a cada 27h, incluindo homicídios, suicídios, entre outros.

LGBTIfobia - De acordo com Bogas, a análise dos dados também expõe a crueldade dos casos e o ódio como motivação.

"Ocorre muita pedrada e facada. Isso reflete a LGBTIfobia estrutural", avalia. Esquecimento (28,8%), armas de fogo (26,27%), espancamento (6,33%), asfixia (3,16%), perfurações no corpo (2,53%) e quei-

maduras (2,22%) foram as principais causas de óbito. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020, o principal instrumento empregado em mortes violentas intencionais no Brasil, considerando a população em geral, foi a arma de fogo (72,5%), seguido de arma branca (19,3%).

O documento apresenta ainda uma tendência de crescimento no total de mortes violentas reportadas de LGBTI+, mas a avaliação de que isso está ligado também à atenção maior dos movimentos organizados e da própria mídia ao assunto. Em 2000, por exemplo, foram 130 mortes violentas relatadas. "A violência sempre ocorreu historicamente, mas não se tinha um esforço de mensurá-la e combate-la", destaca o relatório.

Campanha da Embratur gera mais de US\$ 5,7 milhões para setor turístico

Uma campanha veiculada nos Estados Unidos (EUA) pela televisão, internet e mídia extensa apresentando destinos turísticos do Brasil gerou acréscimo de US\$ 5,7 milhões em viagens para o país, informou a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur).

A campanha Brazil is visa-free. Come visit, realizada pela Embratur, foi veiculada nos Estados Unidos entre os meses de fevereiro e abril e contribuiu para aumentar em 78% as buscas pelo termo visitbrasil (termo em inglês que significa Visite o Brasil) desde novembro do ano passado.

A ação publicitária chegou a ser veiculada inclusive na Times Square, um dos principais pontos turísticos de Nova York.

Segundo a agência, foram feitas 1.673 inserções na TV, gerando mais de 14 milhões de impactos (medição usada para estimar quantas vezes as peças

(Foto: EBC)



Propaganda eleva em 78% buscas pelo termo visitbrasil nos EUA. Ilhões de visualizações de vídeo e mais de 127 mil cliques para o site visitbrasil.

Com essa campanha, a Embratur promove a imagem do Brasil no exterior para incrementar a entrada de visitantes

internacionais, contribuindo para potencializar o ingresso de divisas e aumentar a relevância do turismo internacional na geração de empregos e renda para nosso país, disse o presidente da Embratur, Silvio Nascimento.

PUBLICIDADE LEGAL

Ambiental Transportes Urbanos S.A.

CNPJ/MF nº 08.405.256/0001-90

Demonações Financeiras Referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (valores expressos em milhares de reais, exceto valor unitário de ações)

Ativo	BALANÇO PATRIMONIAL		Passivo	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
	2021	2020	Circulante	2021	2020
Circulante	116.128	103.846	93.741	68.708	(1.774)
Caixa e bancos	166	262	3.893	3.161	464
Contrato de mutuo e Strans	114.194	101.408	Obrigações trabalhistas e sociais	3.409	3.161
Estoques	1.696	1.919	Provisão de férias	4.190	4.618
Adiantamentos	72	257	Emprestimos e financiamentos - CP	19.148	15.417
Não circulante	4.798	5.619	Impostos e taxas	585	1.247
Realizável a longo prazo	4.322	4.329	Outras contas a pagar	60.847	40.329
Depósitos judiciais	3.946	4.130	Parcelamento de tributos - INSS	1.669	419
Participações societárias	376	199	Patrimônio líquido	27.185	40.757
Imobilizado	476	1.290	Exigível a longo prazo	24.701	36.225
Custo	154.469	155.362	Depreciação, amortização	916	2.855
Depreciação e amortizações	(153.993)	(153.972)	Imposto de renda e contribuição social	(275)	(623)
Intangível	955	955	Ganho/perda na venda de ativo imob.	-	4
Custo	955	955	Descrecimento (acréscimo) em ativos operacionais	(12.786)	(13.742)
Depreciação e amortizações	(955)	(955)	Contrato de mutuo e strans	(12.786)	(13.742)
Total do ativo	120.926	109.465	Estoques	223	(80)
			Adiantamentos	185	(20)
			Depósitos judiciais	184	216
			Participações societárias	(177)	-
			Acréscimo (descrecimento) em passivos operacionais	376	819
			Capital e lucros (Prej.) social	667	500
			Acumulado	(662)	500
			Provisão de férias e encargos	(429)	(863)
			Outras contas a pagar	248	(785)
			Caixa gerado pelas ativid. operac.	1.330	487
			Provisão para contingência	20.518	918
			Caixa gerado pelas ativid. operac.	7.914	9.848
			Atividades de investimentos	102	238
			Aquisição de imobilizado	102	238
			Caixa líq. usado na ativid. de invest.	102	238
			Atividades de financiamento	102	238
			Captações (liquidações de empréstimos)	5.851	-
			Pagamento de empr. e finan.	(12.830)	(9.607)
			Caixa líq. gerado (usado) ativid. de finan.	(6.979)	(9.607)
			Acréscimo (descrecimento) líq. em caixa e equiv.	(96)	(2)
			Caixa e equiv. de caixa no inicio do exerc.	262	264
			Caixa e equiv. de caixa no final do exerc.	166	262

As Notas Explanatórias na Integra, o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, encontra-se à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Empresa.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO COMARCA DE JOSÉ BONIFÁCIO FÁTIMA 1ª VARA EDITAL DE CITAÇÃO PROCESSO DIGITAL N°: 1001167-63.2018.8.26.0306 CLASSE: ASSUNTO: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA REQUERENTE: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A REQUERIDO: THAIS FERNANDA DE OLIVEIRA EDITAL DE CITAÇÃO - PRÉ-TRIBUNAL DE 20 DIAS. PROCESSO N°: 1001167-63.2018.8.26.0306 O/A (M) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara, do Foro de José Bonifácio, Estado de São Paulo, Dira(a), FAUZE, FELIX DE AVILA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a/o: THAIS FERNANDA DE OLIVEIRA, Advogada, RG 44048745-6, CPF:328.235.658-76, Nascido(Nascida) 27/04/1989, com endereço a Avenida Pedro de Toledo, 1041, centro, CEP 15200-000; José Bonifácio SP - que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Mapfre Seguros Gerais S/A, alegando em síntese, ser credora da requerida contrato de financiamento para Aquisição de Bens com taxa prefixada sob n. 81261.116, firmado em 31/10/2017, embora sendo a requerida devidamente notificada, não satisfez o débito, que se acha totalmente vencido por força de cláusula contratual, deixando de realizar pagamentos relativos a partir da prest